

**“História e memória do CSEUR”: uma experiência de projeto
extraclasse para adolescentes/jovens em cumprimento de medida
socieducativa de internação**

**“History and memory of the CSEUR”: an extraclass project
experience for adolescents/ young people in compliance with
socieducative measure of internment**

DOI: 10.34117/bjdv8n5-139

Recebimento dos originais: 21/03/2022

Aceitação para publicação: 29/04/2022

Ícaro Uriel Brito França

Doutorando em Educação

Instituição: Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Endereço: Vigário Carlos, 100 - 5º andar - Sala 538. Abadia - Uberaba-MG

CEP: 38025-350

E-mail: uriel.icaro@gmail.com

Alcides Mariano Ribeiro

Doutorando em Educação

Instituição: Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Endereço: Vigário Carlos, 100 - 5º andar - Sala 538. Abadia - Uberaba-MG

CEP: 38025-350

E-mail: alcidesmribeiro@hotmail.com

José Lucas Pedreira Bueno

Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)

Instituição: Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Endereço: Vigário Carlos, 100 - 5º andar - Sala 538. Abadia - Uberaba-MG

CEP: 38025-350

E-mail: lucas.bueno@uftm.edu.br

Aldovano Dantas Barbosa

Doutor em Serviço Social

Instituição: Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Endereço: Vigário Carlos, 100 - 5º andar - Sala 538. Abadia - Uberaba-MG

CEP: 38025-350

E-mail: professoraldovano@yahoo.com.br

Amanda Ferreira Gomide

Mestranda em Educação

Instituição: Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Endereço: Vigário Carlos, 100 - 5º andar - Sala 538. Abadia - Uberaba-MG

CEP: 38025-350

E-mail: amanda.ferreira86@yahoo.com

RESUMO

Foi realizado um projeto extraclasse junto aos adolescentes que cumprem medida de internação no Centro Socioeducativo de uma cidade no interior de Minas Gerais. Com o objetivo de intermediar o caminho entre o conhecimento histórico referente a temática, os adolescentes participantes do projeto buscaram considerar tais conhecimentos em toda a sua complexidade ao refletir sobre a história do casarão centenário no funciona atualmente o Centro Socioeducativo de Uberaba (CSEUR). Sendo o desenvolvimento de projetos, importantes aliados para o bem-estar, saúde, e preenchimento do tempo ocioso dos adolescentes. Como resultado os jovens auxiliaram na construção da história do local, havendo posterior produção de um livro sobre o assunto. Espera-se que esse relato corrobore com a discussão e fomenta o estudo da importância dos projetos extraclasse na educação socioeducativa.

Palavras-chave: socioeducativo, cseur, história, memória.

ABSTRACT

An extra-class project was carried out with adolescents who are incarcerated at the Socio-Educational Center of a city in the interior of Minas Gerais. In order to mediate the path between the historical knowledge regarding the theme, the adolescents participating in the project sought to consider such knowledge in all its complexity when reflecting on the history of the centenary mansion in the Centro Socioeducativo de Uberaba (CSEUR). Being the development of projects, important allies for the well-being, health, and filling the idle time of adolescents. As a result, the young people helped in the construction of the history of the place, with the subsequent production of a book on the subject. It is hoped that this report corroborates the discussion and encourages the study of the importance of extra-class projects in socio-educational education.

Keywords: socio-educational, cseur, history, memory.

1 INTRODUÇÃO

Ao da década de 1970, crianças e adolescentes passam a estar mais em foco junto à sociedade. O ápice dessa preocupação social foi a criação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Também, houve a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude procurando resguardar direitos como moradia, família, educação e saúde por exemplo. Além disso buscou-se aprimorar políticas públicas e promover a articulação de programas com setores públicos e privados para os mesmos, trazendo tentativas de diálogos entre a sociedade civil, os poderes governamentais e os jovens (SPOSITO; CARRANO, 2003; MARINHO; LOPES, 2019).

Sobre a adolescência, esta é uma fase da vida repleta de inquietações, descobertas e mudanças, devido à passagem da infância para a fase adulta, num complexo processo que tem sido objeto de estudos para muitos estudiosos sobre o assunto, em diferentes

áreas do conhecimento, como psicologia, sociologia, antropologia, biologia, política e pedagogia (MELUCCI, 2004; SOUZA, 2004).

Dentro do universo de estudos e saberes da socioeducação, principalmente em relação ao cumprimento da medida socioeducativa de internação, é importante compreender a qual faixa etária a legislação considera ser adolescente. O ECA, Lei 8.069/1990, em seu artigo 2º, adolescente seria aquele que possui idade entre doze e dezoito anos (BRASIL, 1990). Porém, em relação ao cumprimento da medida de internação, a mesma pode ser cumprida por indivíduos de até 21 anos, ou seja, são considerados jovens os internos entre 18 e 21 anos, de acordo com o Estatuto da Juventude, Lei 12.852/2013, em seu artigo 1º, § 1º, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos (BRASIL, 2013). Assim, nesse estudo, ao referir-se aos menores que participaram do projeto “História e Memória do CSEUR (Centro Socioeducativo de Uberaba)”, faz-se o uso do termo adolescentes/jovens.

Em relação ao projeto, antes de propriamente relatar sobre sua realização, é necessário abordar sobre a importância dos projetos extraclasse dentro de unidades socioeducativas que recebem adolescentes/jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

No Brasil, o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) regulamenta a execução das medidas socioeducativas, sendo estruturado em bases éticas, legais e pedagógicas. Dentro das bases pedagógicas estão previstos os projetos extraclasse, abrangendo atividades educativas, culturais, lazer, recreação. Porém, o trabalho pedagógico necessita dar valor ao conhecimento dos internos, sendo importante que as propostas de projetos possuam objetivos claros e sempre em concordância às regras de segurança (ONOFRE, 2013).

Um dos maiores desafios é buscar que os mesmos re-signifiquem o papel da Escola, como sendo uma experiência positiva (AMORIN, 2020; OLIVEIRA *et al.*, 2020). Os projetos extraclasse auxiliam nisso. Entretanto, os projetos relacionados a esportes são mais frequentes. Nestes, a vivência de valores, via esporte, são uma ferramenta útil e necessária com melhores resultados na reinserção dos adolescentes/jovens privados de liberdade na sociedade (DOMINGOS, 2014; REIS; MOREIRA, 2018; SANTOS; REIS, 2020).

É importante colocar que os projetos não restringem-se apenas à área esportiva, havendo muitos ligados à área da música, dança, cultura em geral. Porém, dentro da área

de História, as iniciativas de projetos em ambiente socioeducativo são poucos e muitas vezes os conhecimentos históricos produzidos nos mesmos são distantes do universo e realidade dos adolescentes/jovens, uma vez que esses projetos devem promover a ideia de que o adolescente/jovem, em cumprimento de medida, se reconheça como sujeito histórico ativo.

Assim, o conhecimento histórico possibilita que o adolescente/jovem privado de liberdade tenha a possibilidade de compreender seu papel como cidadão e o contexto que está inserido, auxiliando, assim, no seu processo de ressocialização. Promove uma leitura da contemporaneidade e do passado vivenciado e interpretado, possibilitando uma maior compreensão do cotidiano no qual está interagindo, permitindo traçar projetos futuros (RÜSEN, 2012).

O projeto em questão trabalhou muito sobre o tema História e Memória, muito relacionado a História Regional, Local, pois buscou-se a história do próprio casarão centenário onde funciona o CSEUR. Isso acaba aproximando os adolescentes do tema, pois estes são também sujeitos históricos do local em questão.

Neste contexto, pode-se promover uma aproximação da realidade do indivíduo junto ao ensino por meio da História. Assim, o objetivo deste estudo é relatar a experiência de desenvolver um projeto extraclasse dentro do ambiente socioeducativo.

2 HISTÓRIA E MEMÓRIA DO CSEUR

Antes de analisar propriamente o projeto em si, é importante observar a importância de se resgatar a História e Memória da instituição CSEUR, ou seja, quais as funções sociais que tiveram o casarão centenário onde hoje é a sede da referida unidade socioeducativa.

A partir da década de 1930, o movimento historiográfico dos Annales, responsável pela transformação de como se pensar e se discutir a História, foi responsável por modificar a conjuntura acadêmica da disciplina histórica, propondo novas fontes e novas metodologias para a estudo e para a escrita da História. Assim, fontes como a Memória, passam a ser consideradas, sendo hoje o interesse pela Memória vindo pela busca de saber qual sua relação com a História, auxiliando na produção da escrita da História (GARCIA, 2015).

Considerando um projeto que busquei um levantamento histórico do casarão do CSEUR, é importante considerar a Memória como fonte importante, pois os próprios adolescentes/jovens que participaram do projetos são sujeitos dessa história, em seu

capítulo mais recente, possuindo memórias relevantes na construção dessa História. Com isso, o passado torna-se um minúsculo ponto que foge incessantemente; um instante que mal nasce morre (BLOCH, 2001). Assim, memórias de um sujeito histórico passam a ser relevantes no ofício do historiador.

Sobre o CSEUR, este é um dos centros socioeducativos do Estado de Minas Gerais que recebe apenas adolescentes/jovens sentenciados para cumprimento de medida socioeducativa de internação, internação sanção e internação provisória, que são as três modalidades de internação dentro do Sistema Socioeducativo. O casarão, sede do CSEUR possui uma extensa e rica história, intimamente ligada à história do menor em Uberaba.

O primeiro estabelecimento que funcionou no local, logo após sua construção foi o Lazareto de Uberaba, servindo como hospital para abrigar pessoas que sofriam com Hanseníase (doença que na época era conhecida por lepra) e varíola. Sua construção ocorreu na segunda metade do século XIX, sendo finalizada no ano de 1894. Apesar da função social de leprosário, no período de sua inauguração não havia mais grande incidência da doença que justificasse ao município a manutenção da instituição sanitária. Assim, a Câmara Municipal destinou o local para uma outra função social, que foi a de hospedagem e quarentena de imigrantes, que chegasse à região:

Paço da Câmara Municipal de Uberaba, 26 de julho de 1894 – Ilmo. Exmo. Sr. Dr. David Campista, M. D. Secretaria da Agricultura – A Câmara Municipal de Uberaba, em sessão ordinária de 03 do corrente mês, deliberou ceder provisoriamente, para hospedagem de imigrantes, o Lazareto, edifício novo, com acomodações vastas e confortáveis, visto ter a Câmara já feito o pedido de imigrantes por via do fiscal de imigração aqui residente, não havendo portanto tempo necessário para de pronto construir casa e a referida hospedagem de imigrantes, que mais tarde será feita.” Saúde e fraternidade – Antero Ferreira da Rocha (BILHARINHO, 1995, p. 1580).

Em 1900, houve a necessidade de realização de reformas no prédio, ocorrendo, em 07 de maio de 1902, a apresentação de um projeto de lei, que possuía em seu 3º artigo autorização ao Agente Executivo Municipal a mandar realizar os reparos necessários no local, sendo liberados pelo poder público a quantia de 8 contos e quinhentos mil réis para a reforma. Com a reforma realizada o local serviu como abrigo de imigrantes durante as primeiras décadas do século XX (BILHARINHO, 1995).

Com a diminuição de levas de imigrantes que chegavam à cidade, o local passou à função social de abrigo de famílias “sem teto”, que se encontravam em situação de miséria. Durante esse período, o imóvel acabou sendo negligenciado pela administração pública, ficando em situação de abandono até em 1941.

No ano de 1941, na gestão do prefeito Whady Nassif, é publicado o decreto lei 362, em 24/01/1941, transformando o prédio do antigo Lazaretto em Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira, sendo as famílias de sem teto remanejadas para a região conhecido por Parque das Amoreiras. O nome do abrigo foi uma homenagem a Sr. Leopoldino de Oliveira, nascido em Uberaba/MG, no dia 18 de junho de 1893, filho de Joaquim José de Oliveira e de Leopoldina Augusta de Oliveira. Bacharel em Direito, desempenhou as funções de: redator do jornal Estado de Minas; professor, assumindo a direção do Colégio Rio Branco de 1917 a 1918; vereador e prefeito de Uberaba e deputado federal por Minas Gerais (LAVOURA E COMÉRCIO, 1941).

A construção desse abrigo foi uma forma do poder público buscar solucionar o problema dos menores considerados em situação irregular pela legislação vigente da época, o Código de Menores, retirando os mesmos da região central da cidade, onde eram considerados como problema social, levando-os a regiões mais marginais da cidade. Os menores abandonados traziam uma forte aversão social em contraste com o discurso piedoso. Por exemplo, em 1940, sob o título de “Moleques destruidores”, o Lavoura e Comércio, um periódico de Uberaba/MG da época, registrou que a cidade tinha um sério problema a resolver:

Trata-se dos garotos desocupados e vadios que infestam as nossas ruas, quer como mendigos, quer como crianças abandonadas ao léu da sorte e que nada tendo que fazer praticam atos de pouca conveniência e mínima educação. Esses meninos assaltam quintais, quebram lâmpadas, sujam janelas, depredam portas e letreiros luminosos. (LAVOURA E COMÉRCIO, 1940, p. 3).

Por meio do decreto, houve a doação do imóvel do antigo Lazareto, englobando seu antigo prédio e a região de seu entorno (cerca de 120.750 m²) para a Fundação Uberaba para menores desamparados. Porém, somente em 06/05/1943 que o local começou a receber os primeiros menores, sendo estes apenas do sexo masculino e em situação abandono, com o intuito de dar aos mesmos uma educação moral, cívica e profissional (FONSECA, 2008).

Num primeiro instante, a frente dos cuidados do estabelecimento foi realizada por um filantropo, ligado à Maçonaria de Uberaba. Todavia, tal situação desagradou entidades e autoridades da Igreja Católica da cidade, passando ao poder público o controle e a administração do Abrigo à Sociedade Uberabense de Proteção e Amparo aos menores (SUPAM), que administrou o local por 20 anos, vivendo em grande parte de auxílio e caridade da sociedade uberabense. Nota-se que nesse período a situação do menor

abandonado era muito ligada à ideia de assistencialismo, sendo a maior parte das verbas da instituição conseguidas por doações de particulares, ao invés de verbas públicas.

No início da década de 1960, o abrigo enfrentava sérios problemas financeiros, sendo necessário tomar providências para auxiliar os menores internos do abrigo. Devido a isso, em 1963, o Arcebispo de Uberaba, Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, procurou Ordem Católica dos Religiosos Somascos, solicitando ajuda aos mesmos para a administração do Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira, os quais oficialmente, assumem a administração do local em 31 de Julho de 1963, constando o aceite em ata de assembleia realizado pela SUPAM nas dependências do Abrigo em assembleia na câmara municipal de Uberaba. Os religiosos ficaram na direção do Abrigo durante 13 anos, sobrevivendo de verba própria, caridade e ajuda da sociedade uberabense (CAMPAGNA, 2013).

A administração do abrigo foi entregue novamente à Prefeitura Municipal em 11 de março de 1976, devido a reestruturas internas que passava a ordem religiosa dos somascos. O Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira existiu até 16/03/1994, ou seja, 53 anos (de 24/01/1941 até 16/03/1994), com a função social de receber menores em situação de abandono.

Figura 7: Foto do casarão durante o período em que a prefeitura de Uberaba administrou o Abrigo de Menores, após a saída dos padres somascos.



Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Público de Uberaba.

Em 1994, o poder municipal cria no local o Centro de Atendimento e Reintegração Social do Adolescente – Casa Bom Pastor, sendo ele órgão da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social da Prefeitura Municipal de Uberaba, atrelado ao Programa do Bem Estar do Menor (PROBEM), sob a fiscalização do Ministério Público da Infância e da Adolescência, sendo, nessa fase, dirigido pela Congregação dos Religiosos Terciários Capuchinhos. Nesse período o local passa a ter sua quarta função social, que seria de

atendimento a adolescentes/jovens do sexo masculino, em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado.

A Casa Bom Pastor manteve-se em funcionamento até 1997. Nesse ano foi promulgada a lei complementar nº 167/1997 e a instituição passa a ter a nomenclatura de Centro de Atendimento e Reeducação Social e do Menor Infrator, mais conhecido por sua sigla CARESAMI. Essa legislação modificou a lei 080/1997 e continuou a receber adolescentes/jovens do sexo masculino, autores de atos infracionais para cumprimento de medida socioeducativa de internação (UBERABA, 1997).

Assim como o Bom Pastor, o CARESAMI atendia adolescentes/jovens do sexo masculino, entre 12 e 21 anos, em conflito com a lei, que estavam cumprindo medidas socioeducativas de semiliberdade, internação provisória, internação sanção e internação propriamente dita. Funcionou em Uberaba de 1997 até 2012, quando a prefeitura entrega a administração da Casa para o Estado de Minas Gerais. Quando o Estado assume a administração do local há a contratação de funcionários para integrar as equipes de segurança, técnica e administrativa.

A partir daí a instituição passa a ser chamada de Centro Socioeducativo Uberaba (CSEUR), atendendo adolescentes/jovens (entre 12 e 21 anos) do sexo masculino em conflito com a Lei, em cumprimento de medida socioeducativa de internação, tendo como pilares norteadores de seu funcionamento o ECA, o Regimento Único dos Centros Socioeducativos de Minas Gerais, o Procedimento Operacional Padrão (POP) dos centros socioeducativos, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), entre outros (ACERVO CSEUR, 2019).

Há nesse período adequações à metodologia de trabalho utilizada no Estado, indo ao encontro do ECA e do SINASE (BRASIL, 1990; 2012), sob a supervisão da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas – SUASE (gestora do sistema socioeducativo em Minas Gerais e responsável no âmbito estadual pelo atendimento aos adolescentes/jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade), ocorrendo adequações no atendimento socioeducativo, como prevê o plano decenal do SINASE (MINAS GERAIS, 2017).

No ano de 2020, a instituição passou por reformas, buscando levar melhor estrutura ao local. Também, no ano de 2021, devido a decisão do Estado de Minas Gerais, algumas unidades socioeducativas passaram a ter gestão híbrida, sendo administradas pelo poder estadual e instituições privadas. Assim, a partir deste ano o CSEUR passa a ser administrado por um sistema de cogestão entre o Estado e o Instituto Elo.

3 O EIXO EDUCAÇÃO DENTRO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Dentre temas relevantes ao contexto de adolescentes em conflito com a lei, a educação tem se mostrado presente. A LDB e o ECA (BRASIL, 1990; 1996) garantem o acesso à educação, devendo frequentar a escola como parte integrante da medida socioeducativa de internação.

A educação tem um papel fundamental no processo de autonomia, conhecimento e crítica desses adolescentes e na transformação da sociedade em que vivemos para uma sociedade onde a desigualdade, discriminação e preconceitos sejam erradicados ou diminuídos em muito (COSTA JUNIOR, 2019, p. 22).

O direito à educação não se limita apenas a uma dimensão individual, mas social também, pelo fato da formação de cada cidadão contribuir para o desenvolvimento econômico, político e social de toda a sociedade. A Educação é imprescindível para se ter acesso a bens e serviços disponíveis na sociedade. Assim, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, promove o direito à Educação, que se enquadra dentro dos direitos sociais, visando ao "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988).

A Educação passa a ser um direito inalienável do cidadão, impondo ao Estado o dever de oferecê-la de forma gratuita, acessível a todos, sendo um direito que se insere na perspectiva mais ampla dos direitos civis. O histórico da garantia de direitos não é uniforme em todos os países, sendo importante apreciar os determinantes socioculturais de cada um (SILVEIRA, 2010).

Dentro da educação no sistema socioeducativo, encontra-se o ensino da disciplina de História, que é componente curricular obrigatório, da mesma forma que estimular propostas para além da sala de aula, em forma de projetos e que tenham como meta a inclusão social do adolescente/jovem, sendo esta questão o foco da próxima seção.

4 RELATO DE EXPERIÊNCIA: O PROJETO HISTÓRIA E MEMÓRIA DO CSEUR

Dentro do Centro Socioeducativo de Uberaba (CSEUR), ao observar relatos de funcionários e ex internos sobre a história do casarão centenário, sede da instituição, o servidor Ícaro Uriel Brito França, agente de segurança socioeducativo, com formação acadêmica em História levantou uma dúvida, um problema: "Qual seria a real história daquele casarão?".

A evocação de uma “história-problema”, advinda pelo Movimento dos Annales, traz um viés interpretativo, problematizado, apoiado em hipóteses, capaz de recortar o acontecimento através de novas tábuas de leitura, e, na verdade, capaz de problematizar este próprio gesto de recortar um acontecimento. No caso em questão o recorte tornou-se o período temporal da construção do casarão e suas funções sociais ao longo de sua história (BARROS, 2012).

Diante deste questionamento inicial, o servidor passou a buscar fontes históricas que estivessem ligadas à história do casarão. Todavia, buscando promover o Ensino de História Regional, além da análise de fontes históricas, junto aos adolescentes/jovens, que são também sujeitos históricos nesse contexto, surgiu a ideia de se elaborar um projeto extraclasse, ligado à área de História, para integrar os internos a esta pesquisa sobre o casarão.

O projeto foi elaborado, buscando uma aproximação dos mesmos para com o tema pesquisado, tão próximo à realidade destes. Para isso, o servidor fez uso da Pedagogia Histórico-Crítica, buscando este proporcionar um papel de mediador entre os adolescentes que realizaram a pesquisa e o conhecimento histórico-regional. Buscou-se mediar o caminho entre conhecimento e alunos, com base no princípio didático que valoriza o papel do professor mediador e a autoatividade do aluno (VEIGA, 2010).

A pedagogia histórico-crítico foi iniciada em 1984, com Saviani. Ele buscou “rastrear o percurso da educação desde suas origens remotas tendo como guia o conceito do modo de produção” (SAVIANI, 2021).

De acordo com esse método, a escola seria uma instituição que busca a socialização do saber sistematizado. Nele, há cinco fases a seguir para a mediação do conhecimento: Prática Social, Problematização, Instrumentalização, Catarse e Prática Social Final. Diferente do método tradicional (que enfatiza conteúdo formal e expositivo), essa metodologia dá ênfase a conteúdos reais, dinâmicos e concretos (SAVIANI, 2019). Assim, o projeto em questão seguiu esses cinco passos.

4.1 PRIMEIRA FASE: A PRÁTICA SOCIAL

A prática social implica em conhecer a experiência de cada aluno, sua memória e seu saber prático (ARAÚJO, 2009). Assim, buscando compreender a experiência de cada interno sobre o tema nessa primeira ação, há a exposição do projeto e um pouco da história da Instituição, História do Menor, História de Uberaba, História e Memória, Estudo de Fontes Históricas e a Importância da Preservação do Patrimônio Histórico de uma cidade.

Assim, a primeira fase do projeto foi composta por duas aulas expositivas aos adolescentes/jovens.

As duas aulas iniciais foram realizadas, junto a todos os adolescentes/jovens da Unidade, com exceção dos adolescentes internos em cumprimento de medida provisória. A primeira aula foi ministrada pelo professor Ícaro Uriel Brito França (graduado em História e pós-graduado em Educação). A segunda foi ministrada por Gustavo Vaz Silva (graduado em História e pesquisador da Fundação Cultural de Uberaba), cedido pela Fundação Cultural de Uberaba e Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico de Uberaba (CONPHAU).

Após cada aula, era aberto um espaço para diálogo e debate com os internos, explicando todos os tópicos e subtópicos do conteúdo e expondo o projeto de estudo e levantamento de fontes para a escrita da história da bem imóvel onde funciona o CSEUR, além de ser feita uma avaliação diagnóstica, identificando os conhecimentos prévios dos alunos sobre determinando assunto para, a partir daí, iniciar sua mediação.

4.2 SEGUNDA FASE: A PROBLEMATIZAÇÃO

A Problematização surge como o período do processo pedagógico no qual a prática social passa a ser analisada, levando-se em conta o conteúdo a ser trabalhado, junto às necessidades sociais da aplicação dos conhecimentos, neste caso ligados à disciplina de História (GASPARIN, 2012).

Assim, nesta fase, que se deu durante os diálogos e debates ocorridos entre e após as duas aulas, mediados pelo professor Ícaro Uriel Brito França, surgiram as dúvidas sobre a história do casarão, tendo em conta os conteúdos abordados nas aulas, estando os internos envolvidos para poder identificar os principais problemas para o levantamento de fontes e escrita da história do imóvel.

No caso da didática sobre História Regional, o conteúdo foi analisado nas suas várias perspectivas históricas, incluindo as dimensões sociais, científicas, históricas, políticas, econômicas, conceituais, etc. Com isso, o conteúdo problematizado passou mostrou-se por várias dimensões (STEIMBACH, 2008).

E o professor, junto aos alunos participantes, juntos detectaram pontos a se resolverem no âmbito da prática social, ou seja, a busca por fontes orais junto a antigos funcionários e fontes documentais junto aos arquivos do CSEUR e do Arquivo Pública de Uberaba, detectando o conhecimento que se procura dominar. Isso passou a despertar o pensamento crítico dos adolescentes/jovens (SAVIANI, 2021).

4.3 TERCEIRA FASE: A INSTRUMENTALIZAÇÃO

Na Instrumentalização, o professor Ícaro apresentou aos alunos, através de visita inicial ao Arquivo Público de Uberaba, como é realizada pesquisa histórica em documentos, mostrando como se manuseiam estas fontes. Os mesmos puderam manusear aleatoriamente as fontes históricas, com objetivo de pesquisar, pela primeira vez. Ainda, através de entrevistas com servidores mais antigos, puderam entender como é construído o conhecimento histórico através de fontes orais. Assim, o professor apresentou aos discentes o conhecimento científico, formal, abstrato, conforme as dimensões escolhidas (GASPARIN; PETENUCCI, 2008).

Durante essa fase, há a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos para o equacionamento do problema, no caso a História Problema, que surge na prática social, ou seja, “qual seria a real história do casarão”. Assim, o professor, explicando, expondo seu conhecimento sobre fontes histórico e como maneja-las de forma a produzir conhecimento histórico, poderá transmitir seus conhecimentos (SAVIANI, 2021).

4.4 QUARTA FASE: A CATARSE

Sobre a Catarse, palavra de origem grega (*kátharsis*), possui significado de purificação. No processo educativo de ensino-aprendizagem, seria a fase na qual os alunos constroem uma compreensão do conteúdo, libertando-se do senso comum, indo em direção ao conhecimento científico (SILVA, 2015).

Nesse instante, pela ação do professor mediador Ícaro Uriel, com o auxílio de funcionários do Arquivo Público de Uberaba e do CSEUR, os adolescentes/jovens (selecionados pela Equipe de Segurança para uma visita ao Arquivo Público de Uberaba) realizaram as pesquisas no por fontes documentais ligadas à história do casarão. Um exemplo de descobertas, junto a pesquisas documentais, foi a descoberta da publicação do Decreto-lei nº 362, de 24/01/1941, no período “Lavoura e Comércio”:

Foto do periódico “Lavoura e Comércio”, sobre o Decreto-lei nº 362, de 24/01/1941



Fonte: Acervo de Documentos do Arquivo Público de Uberaba.

Além disso, os adolescentes/jovens aprenderam a como ser realizada pesquisas históricas junto a fontes orais, através de entrevistas a antigos funcionários do CSEUR. Assim, pela interessados dos alunos junto às fontes históricas, no levantamento temporal da história das funções sociais do casarão, o professor conseguiu observar que alcançou seus objetivos, podendo avançar. Observa-se, então, que o momento catártico pode ser considerado como o ponto culminante do processo educativo, já que é aí que se realiza pela mediação da análise levada a cabo no processo de ensino, a passagem da síntese à síntese (SAVIANI, 2019).

4.5 QUINTA FASE: A PRÁTICA SOCIAL FINAL

É importante frisar que Prática Social e Prática Social Final são e não são a mesma coisa. São semelhantes no sentido que não geram uma mudança das condições sociais objetivas da escola e da sociedade num todo. Porém, são diferentes devido à transformação do docente e dos discentes ao longo do processo de ensino-aprendizagem, podendo estas refletirem, de certa forma, junto à sociedade, ainda mais em relação à socioeducação, em que a sociedade espera transformações em prol da socialização dos socioeducandos (SILVA, 2015).

Com isso, na Prática Social Final, os adolescentes puderam entender com mais clareza os fatos do passado através de abordagens do presente pertencentes ao cotidiano dos mesmos, mostrando-se aptos a interagir com o conteúdo, pois conseguiam fazer uma analogia ao seu cotidiano. Quebra-se, assim, o ciclo de conhecimentos fragilizados, cujo

aluno, não consegue compreender o tema, sumindo o fantasma do analfabetismo funcional, formando nos adolescentes uma visão mais analítica e crítica sobre o tema.

Nesse momento, de conclusão das pesquisas históricas junto aos adolescentes, houve uma reunião junto aos adolescentes/jovens, para que pudessem expor o que puderam aprender durante o projeto. Para estes que antes não sabiam discorrer a diferença de conhecimentos históricos de senso comum, passaram a ter maior visão analítica sobre a história do casarão e suas funções sociais (leprosário, local de quarentena de imigrantes, abrigo de famílias sem teto, abrigo de menores e centro socioeducativo para menores em cumprimento de medida socioeducativa). Assim, os mesmos puderam levar seus novos conhecimentos ao cotidiano, pondo em efetivo exercício social o novo conteúdo histórico adquirido (GASPARIN; PETENUCCI, 2008)

Assim, houve nesse momento a conclusão das pesquisas e escritas, ocorrendo a confecção de um livreto, mostrando toda a história da casa, incluindo aspectos da história do menor e da instituição CSEUR.

Nessa fase, os adolescentes passaram a buscar o compromisso de aplicar o que aprenderam. Diferentemente de métodos expositivos tradicionais, puderam aprender e interpretar o tema, entendendo-o em sua íntegra, de acordo com a proposta, não sendo algo impositivo, como decorar enquanto uma obrigação escolar.

É importante colocar que, a partir dessa pesquisa, o professor Ícaro Uriel Brito França realizou a escrita de um livro sobre a História do casarão do CSEUR. O mesmo encontra-se atualmente pronto e já finalizado, aguardando patrocínio para ser publicado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, através deste relato de experiência, pode-se observar que o projeto extraclasse, denominado “História e Memória do CSEUR”, realizado em ambiente socioeducativo trouxe importantes resultados.

Conclui-se, a partir dessa experiência que a construção do conhecimento com valorização das vivências dos adolescentes privados de liberdade, promove bons resultados, assegurando aos adolescentes/jovens o domínio de conhecimentos históricos, aproximando-os a suas próprias experiências, socializando assim o saber, como ocorreu no caso do levantamento e pesquisa sobre a história do casarão centenário, sede do CSEUR.

Ainda, ao contrário das tendências tradicionais, onde o aluno é um mero receptor de informações, a metodologia da pedagogia histórico crítica é fruto de uma tendência

pedagógica que busca tornar o aprendiz participante efetivo no processo de construção do conhecimento e de transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

ACERVO HISTÓRICO CSEUR. **Documentos Históricos**. 2019.

AMORIM, Tâmara Ramalho de Sousa. **A criminalização da juventude pobre a Paraíba**: reflexões acerca das mudanças e permanências. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6958/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 28 de Fev. 2022.

ARAÚJO, Doracina Aparecida de Castro. (2009). Pedagogia histórico-crítica: proposição teórico metodológica para a formação continuada. **An. Sciencult**, v.1, n.1, Paranaíba, 2009. Acesso em: 04 de maio de 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Acer/Downloads/susy,+180-423-1-CE.pdf>. Acesso em: 02 de Mar. 2022.

BARROS, José D'Assunção. Os Annales e a história-problema – considerações sobre a importância da noção de “história-problema” para a identidade da Escola dos Annales. **História: Debates e Tendências** – v. 12, n. 2, jul./dez., p. 305-325, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Acer/Downloads/Dialnet-OsAnnalesEAHistoriaproblema-5965857.pdf>. Acesso em: 01 de Mar. 2022.

BILHARINHO, José Soares. **História da medicina em Uberaba**. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, vol. 5, 1995.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial**: República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, ano 126, n. 191-A, p. 1-32. 1988.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial**: República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833, col. 1. 1996.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 26 nov. 2019.

BRASIL. **Estatuto da juventude**: Lei federal nº 12852, de 05 de agosto de 2013.

CAMPAGNA, Enzo. **Os somascos no Brasil**. Editora Epitaciana. Rio de Janeiro. 2013.

COSTA JUNIOR, Antônio David. **O trabalho docente com adolescentes privados de liberdade**: sentidos de professores. Orientador: Izabella Mendes Sant'Ana. 2019. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba, São Paulo, 2019.

DOMINGOS, Rosangela da Silva. **Pensando e praticando o esporte na medida socioeducativa:** orientações para profissionais de educação física. Orientadora: Luciene Jimenez. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei), Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://repositorio.pgsskroton.com/bitstream/123456789/3330/1/Rosangela%20da%20Silva%20Domingos.pdf>. Acesso em: 24 de Abr. 2021.

FONSECA, André Azevedo da. **A encenação do prestígio: o papel dos elogios circulares na legitimação e exclusão de grupos sociais no interior mineiro (1940).** Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom. Disponível em: <https://azevedodafonseca.blogspot.com/2008/09/>. Acesso em: 21 Fev. 2022.

GARCIA, Bruna da Silva. Memória e História: uma discussão teórica. **VII Congresso Internacional de História**, Outubro, p. 1361-1371, 2015. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1508.pdf>. Acesso em: 01 de Mar. 2022.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a Pedagogia Histórico-crítica**. 5.ed. Campinas: SP, Autores Associados, 2012

GASPARIN, João Luiz; PETENUCCI, Maria Cristina. **Pedagogia histórico-crítica: da teoria à prática no contexto escolar**. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2289-8.pdf>. Acesso em: 04 de Fev. 2022.

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba, MG, 1940-1948.

MARINHO, Marina Martins; LOPES, Roseli Esquerdo. Centro da juventude em foco: discursos e ações. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 03, p. 496-507, 2019. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1986/1161>. Acesso em: 01 de Mar. 2022.

MELUCCI A. **O Jogo do Eu:** A mudança de si em uma sociedade global. São Paulo, Leopoldo: Editora da Unisinos, 2004.

MINAS GERAIS. **Diretrizes Pedagógicas para Atendimento Educacional ao Sistema Socioeducativo no Estado de Minas Gerais**. Governo do Estado de Minas Gerais. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. Belo Horizonte, MG. 2017.

OLIVEIRA, Ueliton Peres de; CONCEIÇÃO, Willian Lazaretti da; GRUNNENVALDT, José Tarcísio; OLIVEIRA, Raul Angel Carlos; REVERDITO, Riller Silva. Esporte e Lazer no Plano Individual de Atendimento de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação. **Revista Movimento**, v. 26, e26054, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mov/v26/1982-8918-mov-26-e26054.pdf>. Acesso em: 24 de Fev. 2022.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Políticas de formação de educadores para os espaços de restrição e de privação da liberdade. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v. 7, no. 1, p. 137-158, mai. 2013. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em: 01 de Mar. 2022.

REIS, Laudeth Alves; MOREIRA, Wagner Wey. O corpo adolescente privado de sua liberdade altera a prática de esporte? **Evidência**, Araxá, v. 14, n. 14, p. 127-138, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329132422_O_corpo_adolescente_privado_de_sua_liberdade_altera_a_pratica_de_esporte. Acesso em: 25 de Fev. 2022.

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

SANTOS, José Carlos dos Santos; REIS, Laudeth Alves dos. Superação: A Liberdade dos Corpos Juvenis Privados de Liberdade via Esporte. *In: X ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO*, 2020, Uberaba. **Anais [...]**. Uberaba: MG, p. 857-867. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 44 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**, Quadragésimo ano: Novas aproximações, SP: Autores Associados, 2019.

SILVA, Leandro Pereira da. Metodologia da Pedagogia Histórico-Crítica: da prática social à prática social. **EFDeportes.com**, Buenos Aires, Año 20, Nº 205, 2015. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd205/metodologia-da-pedagogia-historico-critica.htm>. Acesso em: 01 de Mar. 2022.

SILVEIRA, Adriana A. Dragone. A busca pela efetividade do direito à educação: análise da atuação de uma Promotora de Justiça da Infância e Juventude do interior paulista. **Educ. rev.**, Curitiba, n.spe2, p. 233-250, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000500014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 de Fev. 2020.

SOUZA, Carmem Zeli Vargas Gil. Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites. **Última década**, v. 12, n. 20, p. 47-69, 2004.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, Set /Out /Nov /Dez, p. 16-39, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/dH674czshpNpQDsJ8vsJHLh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 de Mar. 2022.

STEIMBACH, Allan Andrei. **O processo de ensino numa perspectiva histórico-crítica**, 2008. Disponível em: http://www.famper.com.br/arquivos/imagens/revistaeletronica/o-processo-de-ensino-numa-perspectiva-historico-critica_1418917465.pdf. Acesso em: 03 de Mar. 2022.

UBERABA. **Lei Complementar nº 167/97**. Uberaba, MG: Câmara Municipal, 1997.
Disponível em:
http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/administracao/arquivos/LC_167.pdf.
Acesso em: 10 Fev. 2022.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A aventura de formar professores**. 2. ed. Campinas:
Papyrus, 2010.